Distrito Federal recuperasi área ocupada por Venturini

Brasília — O ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários do governo João Figueiredo, general Danilo Venturini, terá de deixar os 489 hectares que ocupa ilegalmente no Distrito Federal. A área — transformada pelo ex-ministro em uma fazenda leiteira com 155 cabeças de gado, ordenha mecânica e residência para quatro vaqueiros — foi oficialmente considerada como um dos muitos loteamentos clandestinos que o governo local vem combatendo há mais de um ano.

Um despacho do governador José Aparecido, assinado no domingo, selou a questão: nele, confirma-se o parecer apresentado no dia 30 de dezembro pelo procurador-geral do Distrito Federal, Humberto Gomes de Barros, que declara nulo o arrendamento das terras. Aparecido aproveitou a ocasião para recomendar à Terracap, órgão que cuida da cessão de terrenos em Brasília, que realize um completo levantamento de terras sob sua jurisdição ainda ocupadas ilegalmente.

"Boa-fé"

As terras que se encontram em nome do general Danilo Venturini não podem ser ocupadas desde 1975, por serem consideradas de utilidade pública e de interesse social para efeito de desapropriação, uma vez que são destinadas à construção da bacia de acumulação de águas do futuro lago que abastecerá Brasília.

A fazenda fica a apenas 25 quilômetros do centro da capital da República, e

foi adquirida sob vista grossa das autóridades locais durante o regime militar. O secretário de Viação e Obras do atual governo do Distrito Federal, Carlos Magalhães, é que deu início à luta pela anulação do arrendamento. Em parecer que enviou a Aparecido em outubro do ano passado, Magalhães considerou a negociação dessas terras como "maliciosa e lesiva aos interesses do Distrito" federal".

Venturini requereu o arrendamento dos primeiros 147 hectares — que dizia limítrofes a uma gleba de 5 hectares, de sua propriedade — em outubro de 1979, quatro anos depois de a área ser interditada a negociações. Ainda assim, obteve, em seguida, mais 95 hectares, também em arrendamento à Terracap, e somou outros 12 hectares próprios à sua fazenda. O ex-ministro recebeu também uma autorização do governo para ocupar mais 230 hectares, alegando necessidade de preservar as nascentes de rios da regiãp.

Tudo isto — garante o secretário Carlos Magalhães — não foi feito por uma pessoa só. "Se o general Venturni pediu, houve gente que deu", acusa. Para ele, as terras devem ser devolvidas, como já ordenou Aparecido, mas também os culpados devem ser punidos. Esta recomendação, que também constava do primeiro relatório enviado ao governador, ainda não obteve resposta nem do procurador nem do governador do Distrito Federal.